

PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE NOS REVELAM?

Lilya Raquel Marinho e Silva ¹

José Lucas dos Santos Pereira ²

Priscilene Matias dos Santos ³

Andreza Vidal Bezerra ⁴

Adenize Queiroz de Farias ⁵

RESUMO

Na contemporaneidade da educação brasileira, os índices de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior vêm aumentando gradativamente. Para além do acesso, é necessário pensar em possibilidades pedagógicas que efetivem sua permanência e protagonismo. No entanto, sabemos que a inclusão é um desafio tanto para os discentes quanto para os docentes. O presente trabalho discutirá a inclusão e a acessibilidade na educação superior, com o objetivo de apresentar a percepção dos jovens com deficiência sobre sua participação nesse nível de ensino. O percurso metodológico será conduzido por meio de um questionário *online* na plataforma *Google Forms*, buscando compreender, através dos discursos dos próprios discentes com deficiência, os desafios para seu protagonismo, apoiando-se em uma abordagem qualitativa. Os resultados indicam que, apesar do significativo avanço do marco regulatório brasileiro, há inúmeros entraves que impedem um percurso educacional com plenas condições de participação nas diversas atividades disponíveis no contexto universitário. Com essa pesquisa, esperamos evidenciar as condições de participação de discentes com deficiência na educação superior, com o propósito de suscitar pesquisas e ações que contribuam para a minimização das barreiras ainda presentes para as pessoas com deficiência na universidade brasileira.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Superior, Jovem com Deficiência, Participação.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, lilyaraquel2000@gmail.com;

²Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jlucassp987@gmail.com;

³Graduada pelo Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Priscilene.ms@gmail.com;

⁴Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Andrezavidal@hotmail.com;

⁵ Professora do Centro de Educação - CE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Doutora e Mestre em Educação - UFPB, adenize.queiroz@gmail.com.

A Educação Superior no Brasil foi profundamente marcada por um histórico processo colonialista exploratório. Durante muito tempo, foi predominantemente acessada por pessoas brancas e financeiramente privilegiadas, que tiveram acesso a uma educação básica de qualidade e, por conseguinte, puderam ingressar na universidade.

Atualmente, graças aos parâmetros legais abrangentes e políticas de inclusão educacional em uma perspectiva inclusiva, seja direcionadas às pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência, estamos testemunhando mudanças significativas nos ambientes acadêmicos.

Destacamos entre os marcos legais mais significativos a lei de cotas nº 12.711/12, na qual atua como um importante mecanismo na luta contra as desigualdades sociais, neste caso em específico, no acesso à Educação Superior. De modo que, esta lei determina a reserva de 50% das vagas em instituições federais para pessoas de baixa renda, pretas, pardas e indígenas (Brasil, 2012). E mais recentemente, por meio da lei 13.409/16, as pessoas com deficiência puderam ser incluídas como público alvo da lei de cotas (Brasil, 2016).

Especificamente sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva na Educação Superior, ressaltamos o Programa Incluir (Brasil, 2005), o qual tem por finalidade assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fomentando e criando núcleos de acessibilidade, corroborando para a eliminação das inúmeras barreiras existentes nesta etapa de ensino.

Além disso, merece destaque a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a qual em seus artigos dedicados à inclusão do público-alvo da educação especial no âmbito da Educação Superior promulgam:

ART. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

ART. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os

recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Segundo o Censo da Educação Superior (Brasil, 2023), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indica que nos últimos 10 anos, 2012-2022, houve um aumento exponencial de 52.599 mil matrículas de estudantes com deficiência na educação superior. Reforçamos que a inclusão não se restringe a matrícula, mas, sobretudo, a qualidade da educação, pois independentemente de qualquer nuance, todos têm direito à educação por intermédio das políticas educacionais contemporâneas. Ao consultar o quantitativo de jovens com deficiência na educação superior, público-alvo do nosso estudo, notamos a existência de dados que indicassem a faixa etária de tais discentes.

Ao investigar as condições de acessibilidade na experiência universitária de estudantes com deficiência, Silva (2018) destaca que há diversas dimensões, abrangendo aspectos atitudinais, pedagógicos, informacionais, comunicacionais, arquitetônicos, entre outros, que influenciam a trajetória acadêmica de discentes com deficiência na Educação Superior. A esse respeito, Silva dá ênfase às Barreiras atitudinais, sendo identificadas como as mais prejudiciais no processo formativo de universitários com deficiência, tendo em vista que a cultura universitária muitas vezes cria ambientes desfavoráveis para pessoas com deficiência, refletindo em condições de acessibilidade incipientes ocasionada pela negligência institucional.

Outro ponto que damos especial atenção, diz respeito às políticas institucionais de inclusão e acessibilidade implementadas pelas universidades brasileiras, que apesar das barreiras existentes, tornam-se o principal suporte ofertado aos discentes com deficiência, caracterizando-se como crucial para seu sucesso acadêmico. Ressaltamos a necessidade de melhorias na composição de profissionais e oferta de serviços, entre

outras demandas, porém ainda representam o principal facilitador na construção de uma Educação Superior inclusiva (Pereira; Chahini, 2021).

A partir dos marcos legais e pesquisas apresentadas acima, é possível perceber que, apesar dos avanços legais, é evidente que ainda existem inúmeras barreiras que dificultam a trajetória acadêmica dos jovens com deficiência na Educação Superior. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é apresentar a percepção dos jovens com deficiência sobre sua participação no ambiente universitário.

Visando alcançar o objetivo proposto, o artigo em tela está estruturado nos seguintes tópicos: após essa breve introdução, apresentaremos o percurso metodológico e a contextualização do instrumento de coleta de dados; em seguida, os resultados e discussões, apresentando nossa análise a partir dos sujeitos envolvidos na pesquisa; as considerações finais, evidenciando os achados do estudo; e, por fim, as referências utilizadas para fundamentação teórica do trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é para Brennan; Medeiros e Figueiredo (2012), a inclusão das concepções teóricas de abordagem, contendo o conjunto de técnicas e dos procedimentos utilizados para auxiliar na construção do conhecimento.

Nesse sentido, com o intuito de compreender por meio dos discursos dos estudantes com deficiência na Educação Superior sobre suas condições de participação, nos apoiamos na abordagem de pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2009), esse tipo de abordagem permite analisar o nível da realidade que não pode ser quantificado. Permitindo, uma compreensão profunda dos fenômenos sociais.

[...]ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (p. 21).

Com base nessa premissa, sinalizamos que os sujeitos desta pesquisa são os jovens discentes com deficiência da educação superior de instituições públicas paraibanas, a saber: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além dos Institutos Federais da Paraíba (IFPB).

Ao que se refere ao instrumento utilizado para a coleta de dados, utilizamos um questionário concedido no formato *online* através da plataforma *Google Forms*, o qual foi constituído por nove (9) questões abertas e cinco (5) fechadas, sendo divulgado por meio dos grupos de *whatsapp* composto por discentes com deficiência do Estado da Paraíba, público-alvo deste estudo.

Com a aplicação do referido questionário, o qual ficou disponível por vinte e um (21) dias, obtivemos um total de dez (10) respostas, no entanto consideramos apenas cinco (5) em razão dos critérios de inclusão: idade entre 15 e 29 anos e localidade de abrangência da pesquisa, o estado da Paraíba.

Os cinco (5) participantes da pesquisa, residem nas seguintes cidades: Campina Grande, João Pessoa, Mamanguape e Santa Rita, o que demonstra uma abrangência territorial da pesquisa.

Além disso, observa-se que a maioria dos respondentes são do gênero masculino, como também se autodeclaram pessoas brancas e pardas. Em relação aos cursos, estes variam entre pedagogia, jornalismo, letras inglês e licenciatura em ciências biológicas, o que aponta uma predominância de pessoas com deficiência nos cursos de licenciatura.

Destacamos que os nomes contidos neste trabalho são fictícios, além disso, os dados específicos que possam levar a sua identificação serão mantidos em anonimato, cujo objetivo é manter a confidencialidade da identidade dos sujeitos participantes da pesquisa.

Finalmente, após a coleta dos dados, estes foram catalogados e aglutinados a partir das temáticas comuns que emergiram das respostas dos participantes da pesquisas, os quais foram analisados à luz da literatura que discute sobre inclusão e acessibilidade de discentes com deficiência na educação superior e serão apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notório que ao longo da história as pessoas com deficiência passaram por diversos processos excludentes que implicaram em uma série de direitos negados socialmente. Esse fato se caracteriza na atualidade como uma barreira atitudinal, para Santos *et al.* (2019), este tipo de barreira se constitui a partir de uma visão equivocada, na qual entende-se que pessoas com deficiência não seriam capazes de contribuir socialmente, e, com isso, geram uma série de estigmas negativos que repercutem na

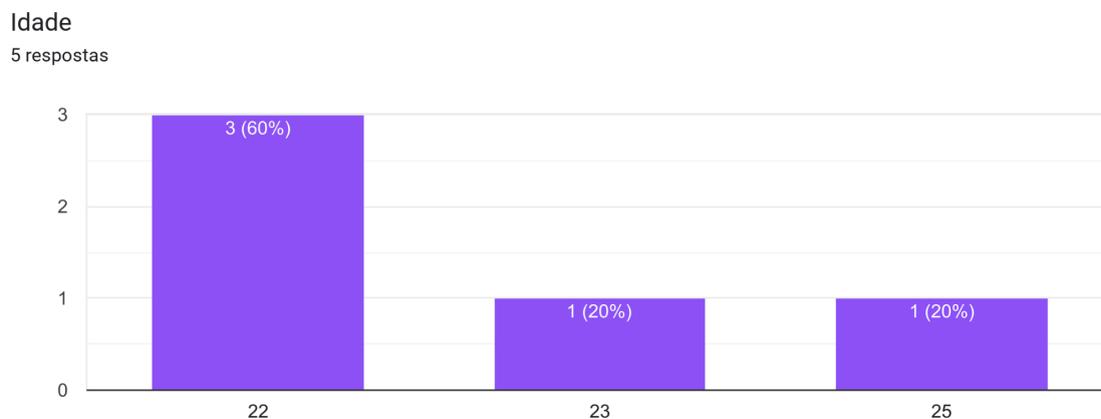
atualidade, influenciando diretamente em diversos campos da vida de pessoas com deficiência.

Além desta, existem inúmeras outras barreiras que impedem/dificultam o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas e universidades, acarretando em uma participação tímida e tardia aos diferentes ambientes e projetos de ensino, pesquisa e extensão oportunizados na educação superior.

Como proposta de superação de limitações ocasionadas pelas barreiras que permeiam os ambientes acadêmicos, Silva (2018) propõe a adoção do modelo social da deficiência, o qual enfatiza a eliminação de barreiras, cujo propósito é promover a acessibilidade como um valor coletivo na Educação Superior.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 à 29 anos. Com isso, observamos, por meio dos resultados apresentados no gráfico a seguir, um público reduzido de jovens com deficiência presentes no meio acadêmico.

Gráfico 1: idade dos/das participantes da pesquisa:



Fonte: Google Formulário, 2024.

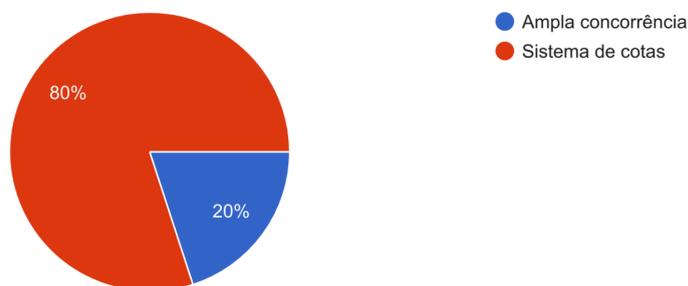
Quando questionados como se deu o ingresso na universidade, nota-se que 80% dos participantes entraram por meio do sistema de cotas, em contrapartida, 20% concorreram a vaga em ampla concorrência.

Ao longo das últimas décadas foram implementadas diversas Leis, políticas públicas e institucionais que buscam reparar os danos sociais e educacionais infligidos às pessoas com deficiência ao longo de sua trajetória de vida.

No contexto deste estudo, damos destaque a Lei 14.723/2023, conhecida como Lei de Cotas, a qual busca propiciar o ingresso de grupos historicamente postos à margem da sociedade brasileira, como é o caso das pessoas com deficiência.

Gráfico 3: meio de ingresso:

Por qual meio você ingressou na instituição?
5 respostas

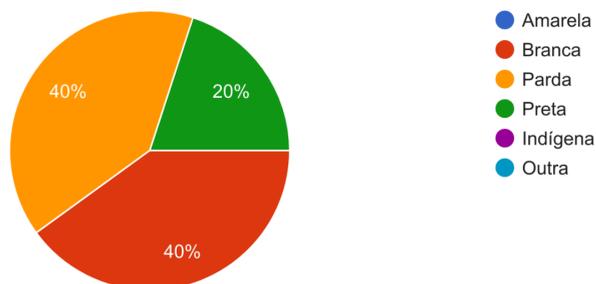


Fonte: Google Formulário, 2024.

Assim como no grupo de pessoas sem deficiência, observa-se também uma predominância de pessoas com deficiência brancas e pardas no âmbito da educação superior, o que evidencia uma histórica desvantagem social em que vivem pessoas negras no Brasil, país marcado pela colonização exploratória e pela escravização de pessoas pretas.

Gráfico 5: cor ou raça dos participantes:

Cor ou raça
5 respostas

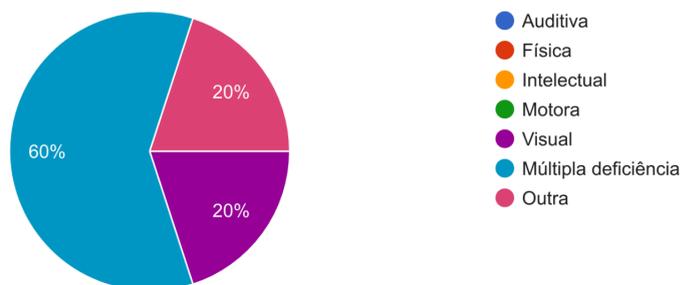


Fonte: Google Formulário, 2024.

Os dados revelam ainda que a maioria dos participantes da pesquisa, (60%) estão na categoria múltipla deficiência. A categoria deficiência visual e outras corresponde ao total de 40% da amostra.

Gráfico 6: deficiência ou necessidade específica de aprendizagem:

Qual sua deficiência ou necessidade específica de aprendizagem?
5 respostas



Fonte: Google Formulário, 2024.

A nosso ver, para além do ingresso, deve-se haver mecanismos que possibilitem a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial na educação superior, pois, “[...] não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da Universidade, de estratégias que colaborem com sucesso escolar desses alunos” (Magalhães, 2013, p. 47).

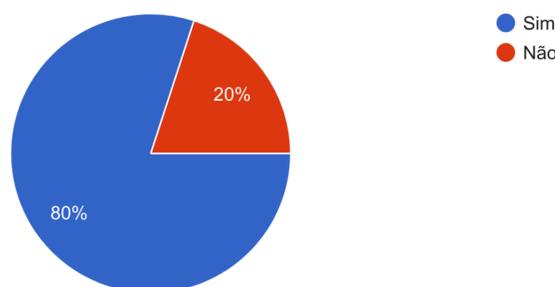
Nesse sentido, observamos, nos últimos anos, a formulação de políticas educacionais que propõem condições de permanência, participação e aprendizagem nas universidades, principalmente através da implementação de ações integradas de apoio ao estudante ao longo do seu percurso acadêmico.

A esse respeito, destacamos o programa Incluir (Brasil, 2005) o qual, viabiliza a participação das pessoas com deficiência na educação superior. Por meio de tal programa encaminha-se recursos financeiros, no caso particular da UFPB, esse recurso contribuiu para a criação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA).

Atualmente, destacamos como um dos principais recursos cuja finalidade é possibilitar a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência na UFPB, o programa aluno apoiador, o qual foi instaurado pelo CIA e contribui para a remoção das barreiras em todos os *campi* desta instituição através de um recurso humano.

Gráfico 7: assistido por algum órgão da universidade:

Você é assistido pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) ou algum outro órgão afim?
5 respostas



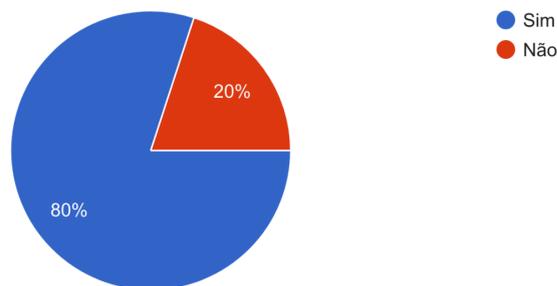
Fonte: Google Formulário, 2024.

Mais de 80% dos participantes da pesquisa são assistidos por algum órgão que viabiliza seu protagonismo na universidade, infelizmente, 20% não é assistido por nenhum, o que demonstra a necessidade de investimentos contínuos.

Gráfico 8: participação em projetos na universidade:

Você participa ou já participou de algum projeto promovido pela sua universidade?

5 respostas



Fonte: Google Formulário, 2024.

Através dos dados apresentados, é possível afirmar que as pessoas com deficiência estão ocupando gradativamente o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) protagonizando um papel ativo no ambiente acadêmico, uma vez que 80% dos estudantes respondentes da pesquisa, afirmam que já participaram de algum projeto em sua universidade.

Ao questionarmos qual o tipo de projeto, obtivemos sete (7) respostas, das quais, quatro (4) já participaram de projetos de extensão, dois (2) de monitoria e um (1) no Programa de Iniciação à Docência (PIBID). Por outro lado, 20% não participaram de nenhum projeto.

Nessa perspectiva, perguntamos aos discentes sobre: Quais adaptações vocês julgam necessárias para a sua participação em projetos acadêmicos? Destacamos a seguinte resposta:

É preciso que a acessibilidade esteja na base dos projetos para que possamos participar de maneira igualitária e produtiva (UFCEG, 22).

Nas Instituições de Ensino Superior (IES), a acessibilidade é um tema sempre em evidência no qual ainda existem diversas lacunas, dentro e fora das universidades.

Segundo Silva (2014) há três dimensões para investigar a acessibilidade na vida acadêmica, a saber, o acesso, no qual se refere à acessibilidade ao ingresso aos cursos, o percurso que o indivíduo percorreu até chegar à universidade (a inscrição online, se foi acessível; o acesso aos locais das provas e se houve adaptação); a permanência, reforçada pelas políticas contemporâneas, eliminando as diversas barreiras e sua

participação no tripé (ensino, pesquisa e extensão); e a aquisição curricular, relacionada pelo seu percurso acadêmico, as aprovações nas disciplinas e sua exitosa conclusão do curso. A acessibilidade, então, deve considerar a autonomia, segurança e protagonismo desses estudantes, nos diversos espaços acadêmicos.

Quando questionados como se dá a participação na sala de aula junto aos professores, os estudantes com deficiência revelaram:

A relação de sala de aula com os professores é muito boa mas porém os professores deixam a desejar no quesito de material acessível para eu poder realizar os meus estudos mas fora isso os professores são muito prestativos muitos preocupado Inclusive tem muitos professores que não sabem como fazer para deixar o meu estudo mais autônomo e mais acessível (UFPB, 23).

Tento me colocar em relação às dificuldades às vezes acabo me perdendo pela situação alguma coisa do tipo mas tenta sempre participar por exemplo já reclamei de situações em que tive o conteúdo não adaptado um filme sem áudio descrição e sem dublagem ainda mais e aí cheguei para o professor e disse que aquilo era inacessível (UFPB, 22).

Ao longo do tempo, os professores se familiarizaram com a minha presença. As interações e participações ocorrem de maneira descomplicada e natural. Nem sempre foi assim. Já tive de cobrar muito por descrição de imagens e envio prévio de conteúdos e slides, por exemplo (UFCEG, 22).

Quando nos referimos ao processo de ensino e aprendizagem, é possível perceber o papel significativo dos professores. Eles são fundamentais para promover a aprendizagem dos estudantes, especialmente no caso dos discentes com deficiência. Para esses alunos, é essencial que os professores se atentem à elaboração de materiais pedagógicos, avaliações, e adotem atitudes inclusivas e acessíveis na sala de aula.

Ao serem indagados sobre como eles percebem a interação com os colegas de turma dentro e fora da universidade, relataram que:

Eu interajo muito pouco com meus colegas, não somente por ter dificuldades relacionadas ao autismo como eu noto um fenômeno de

desunião coletiva e uma redução drástica no número de alunos em períodos mais avançados, para ter noção a turma que entrei começou com 40 e atualmente 8 permanecem pela blocagem ou com pouco atraso/adiantamento. Tenho um grupo de colegas próximos e a gente busca se ajudar da melhor maneira em atividades e até vida pessoal mesmo, agora momentos de encontrar fora da IES são difíceis de ter já que os horários ou não batem ou as atividades do curso tomam bastante nosso tempo (IFPB, 22).

É bem razoável não é muito grande mas quando preciso de ajuda na universidade ele sempre auxiliam não tenho contato por exemplo de sair para ir um lugar diferente mas dentro da universidade sempre tem ajuda (UFPB, 22).

No geral, considero que consigo manter boas relações com colegas de sala. Apesar disso, noto que as vezes, em algumas relações, sou deixado de lado de algumas coisas por me considerarem alguém que necessita de muitos cuidados ou coisa do tipo (UFCG, 22).

Em uma Educação Especial Inclusiva, é primordial a relação entre os pares estudante/estudante no fortalecimento da inclusão, influenciando diretamente no enfrentamento das tarefas acadêmicas, pautadas pelo diálogo e discussões sobre diversos assuntos.

Os relatos dos estudantes (IFPB, 22), (UFPB, 22) e (UFCG, 22) revelam que nas dependências da universidade, eles mantêm pouco/razoável contato com outros estudantes, mas fora da universidade, a relação é zero e muito dificultosa, pois segundo o estudante (IFPB, 22) os respectivos horários não coincidem, além das atividades acadêmicas exigir muito tempo.

Existem diversos parâmetros que garantam a efetivação do protagonismo e desempenho desses estudantes nas universidades, porém, em se tratando de discentes com deficiência, há uma série de empecilhos que inviabilizam plenas condições para que mostrem suas reais potencialidades.

CONSIDERAÇÕES

No contexto deste trabalho, objetivamos apresentar a percepção dos jovens com deficiência sobre sua participação no ambiente universitário. A partir dos dados coletados na presente pesquisa, observa-se uma presença significativa de discentes com

deficiência nos projetos acadêmicos. Entretanto, compreendemos a necessidade do desenvolvimento de novos estudos para analisar as condições de participação desses estudantes nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio das vozes dos próprios discentes com deficiência, é possível perceber uma série de entraves que dificultam ou impedem sua participação nas aulas e nas interações com seus pares em igualdade de condições.

Por fim, esperamos que o presente trabalho colabore no processo de identificação das problemáticas que permeiam a trajetória dos educandos com deficiência no âmbito das instituições de educação superior, favorecendo ainda a realização de novas pesquisas comprometidas com os pressupostos teóricos e filosóficos de uma Educação Especial Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, 29 de Agosto de 2012. **Lei de Cotas**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, 28 de Dezembro de 2016**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Disponível em:** <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 28 de maio. 2024.

BRENNAND, Eládio José de Góes; MEDEIROS, José Washington de Moraes; FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. **Metodologia Científica na Educação a Distância**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. v. 1. 232p.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**: Reflexão sobre a docência universitária In: MELO, F. R. L. V. Inclusão no ensino superior: Docência e necessidades educacionais especiais. Natal, EDUFRN, 2013. p. 47-55.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, Josenilde Oliveira; CHAHINI, Thelma Helena Costa. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 11590-11599, 2021.

SANTOS, Priscilene Matias dos; BEZERRA, Andreza Vidal; FARIAS, Adenize Queiroz de; SILVA, Izaura Maria de Andrade de. **Barreiras no âmbito do ensino superior: a voz de estudantes com deficiência e alunos apoiadores na Universidade Federal da Paraíba**. VI Congresso Nacional de Educação, 2019.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. Revisitando a acessibilidade a partir do modelo social da deficiência: experiências na educação superior. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 197-214, 2018.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Acessibilidade, barreiras e superação: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 242p.